

Pesquisa local e Lista Tríplice nacional provocam gestão participativa dos filiados



Delegados sindicais reunidos no último CDS em Brasília

“Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante”

(Charles Chaplin, ator e diretor britânico, considerado o gênio do cinema mudo)

- * Lista Tríplice dá mais um passo no último CDS.....pág. 2
- * Manifesto pede urgência na apresentação da LOF.....pág.4
- * 2010: Ano da Representação Parlamentar Delegada.....pág. 5
- * DS/Santos prorroga prazo de pesquisa de interesse.....pág.6
- * Campanha Salarial 2010.....pág.7
- * Espaço do Auditor: Erros acontecem.....pág. 8

Lista Tríplice dá mais um passo no último CDS

DSs de todo o país indicam os dez nomes para compor a Lista Tríplice. Agora, é esperar pela sabatina marcada para o mês de maio para conhecer melhor cada indicado.

No último Conselho de Delegados Sindicais (CDS), realizado em Brasília, entre os dias 3 e 5 de março, foram escolhidos os dez nomes indicados para compor a Lista Tríplice para a escolha do próximo Secretário da Receita Federal do Brasil (RFB).

Trata-se de uma das principais reivindicações da categoria - conseguir que o cargo de dirigente máximo da RFB seja ocupado por um representante indi-

cado por seus pares - assim como vem acontecendo no Ministério Público (de acordo com a Constituição, o presidente da República pode nomear quem quiser dentre os integrantes da carreira do Ministério Público com mais de 35 anos para ocupar o cargo de procurador-geral, porém, desde o início do primeiro mandato o presidente Lula por quatro vezes seguidas escolheu o mais votado da lista tríplice

resultante da eleição promovida pela ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República).

O principal objetivo da Lista Tríplice é garantir um método de escolha do titular da RFB que combine democracia interna, transparência administrativa e participação da sociedade civil. Por isso, no último CDS também foi aprovada a proposta de que a fase final da lista tríplice seja iniciada em um CDS marcado para

o mês de maio, ocasião na qual os dez indicados serão convidados a comparecer para uma sabatina que contará com as presenças dos delegados sindicais e de representantes da sociedade civil e será transmitida para as DSs de todo o país pelo sistema de videoconferência ou equivalente. “O objetivo dessa sabatina é fornecer subsídios para que os Auditores-Fiscais possam fazer suas análises e

“Se nós somos um órgão de Estado e não de governo, mais relevante se torna esse processo de escolha”



Os observadores Dorival Vicente e Ester Teicher

decidir entre os dez indicados, os três nomes que integrarão a lista que deverá ser entregue ao próximo Presidente da República”, diz Wellington Clemente Feijó, presidente da DS/Santos. A classe propõe que o exercício de mandato seja de dois anos, com possibilidade de uma única recondução consecutiva, sendo possível o afastamento em razão do interesse público claramente motivado.

Importância da Lista Tríplice – além da democracia interna e da transparência administrativa, os Auditores-Fiscais lutam principalmente por uma RFB que não sofra ingerências políticas, que esteja a serviço do Estado e da sociedade, e não de interesses políticos de ocasião. “Se nós somos um órgão de Estado e não de governo, mais relevante se torna esse processo de escolha”, justifica Clemente.

O presidente da DS/Santos ainda ressalta que enquanto o poder de escolher o dirigente máximo do órgão for uma prerrogativa do governo, mais sujeita a interesses políticos e influências do

poder econômico a RFB está, ao passo que a pulverização dessa escolha garante ao órgão maior autonomia e independência, o que o torna uma instituição verdadeiramente republicana. “A classe está ciente que temos um longo e árduo caminho

pela frente, que fazer valer as indicações da Lista Tríplice exigirá muito empenho e união, mas o mais importante é que essa reivindicação ajude a desenvolver a cultura de escolha entre os membros da classe”, finaliza Clemente.

Conheça os 10 nomes indicados para compor a Lista Tríplice:

- Antonio Dávila
- Carlos Roberto Bispo
- Celso Fernandes
- Dão Real Pereira dos Santos
- Henrique Jorge Freitas da Silva
- Jorge do Carmo Sant’Anna
- José Carlos Sabino Alves
- Lina Maria Vieira
- Luis Sérgio Fonseca Soares
- Marcos Vinícius Neder de Lima

Delegados elaboram manifesto pedindo urgência na apresentação da minuta da LOF

O último CDS também serviu como plataforma para que os delegados sindicais aprovassem a elaboração de um manifesto solicitando a Receita Federal do Brasil (RFB) a imediata apresentação da minuta da Lei Orgânica do Fisco (LOF) para ser analisada pela categoria em um CDS que será realizado especialmente para tratar do tema.

De acordo com a Lei 11.457/2007, o Poder Executivo teria até março de 2008 para encaminhá-la ao Poder Legislativo. No entanto, isso ainda não aconteceu.

Embora as entidades sindicais venham respeitando rigorosamente datas e prazos, o mesmo não pode ser dito da administração da RFB.

O último dia 15 de fevereiro foi estabelecido como data limite para que a Receita fizesse possíveis ajustes no documento para que em seguida ele fosse encaminhado pelo secretário da RFB, Otacílio Cartaxo, para a consultoria jurídica do Ministério da Fazenda. Infelizmente, até hoje a minuta não foi apresentada às entidades de classe e a única explicação que a RFB apresentou até o momento foi de que “em breve” o trabalho estará concluído. É inegável que essa

demora está gerando uma grande insatisfação na classe. Daí, a necessidade do manifesto, aprovado pelo CDS. Se a RFB não for pressionada, corre-se o risco dessa situação se arrastar por mais tempo.

Implementação da LOF já!

A importância da implementação da LOF reside no fato dela ser o único instrumento capaz de garantir autonomia, independência e democracia interna para a RFB.

A LOF também assegurará as garantias e prerrogativas necessárias ao desempenho da função de Auditor-Fiscal e o reconhecimento da autoridade do cargo. Mas a aprovação da LOF não é somente uma conquista para os Auditores-Fiscais, seus benefícios também serão estendidos a toda a sociedade. Com ela, o bom contribuinte será beneficiado pela independência da fiscalização, afinal, hoje não há garantias contra a ingerência política no trabalho do Auditor. Independente e autônoma, a RFB poderá tornar o sistema tributário do país mais justo, desonerando o trabalhador assalariado que hoje se encontra sobrecarregado pelo excesso de carga tributária, promovendo assim a devida justiça fiscal.

2010: Ano em que a importância da representação parlamentar delegada se torna ainda mais significativa

Apesar de ainda estarmos no começo de 2010, importantes PECs, PLPs e projetos de Lei, de interesse de toda a classe, já estão tramitando no Congresso Nacional. A aprovação ou não dessas medidas afetará diretamente todos os Auditores-Fiscais.

PLP 555/10 - Apesar de significar uma grande vitória para a classe, o Mandado de Injunção (MI) 1616, aprovado no início do ano, não garante a inclusão dos Auditores-Fiscais no PLP (Projeto de Lei Complementar) 555/10 - projeto que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Há vários meses, um intenso trabalho das entidades sindicais junto ao Congresso Nacional vem sendo realizado para que os AFRFB sejam incluídos nesse PLP.

PEC 555/06 - A PEC (Projeto de Emenda à Constituição) 555/06, cujo propósito é extinguir a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do setor público é outro projeto que há meses também vem exigindo um trabalho intenso das entidades sindicais junto ao Congresso Nacional para que ela seja aprovada.

É preciso lembrar ainda que atualmente existem duas propostas de lei tramitando no Congresso que afrontam diretamente a luta dos Auditores-Fiscais por uma RFB mais justa e isonômica.

“Se essas leis forem aprovadas, o governo beneficiará os sonegadores e os maus pagadores em detrimento dos contribuintes que pagam seus impostos em dia e corretamente”, diz o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó.

Lei de Repatriação de Capitais - O projeto de Lei do deputado José Mentor (PT/SP) trata da repatriação de capitais oriundos de outros países. O objetivo do projeto é trazer de volta entre US\$ 70 bilhões e US\$ 150 bilhões que saíram do país ilegalmente. Para “estimular” o retorno desse capital o governo concederia anistia aos sonegadores, isto é, eles ficariam isentos de qualquer tributo.

Lei 5082/09- Já o Projeto de Lei 5082/09, que cria a Lei Geral de Transação em Matéria Tributária, prevê que o pagamento das obrigações se dará conforme condições e programação definidas nessa Lei, para permitir a continuidade das atividades empresariais e a manutenção dos empregos, promovendo “transações do crédito tributário constituído”. Se para o governo o propósito da Lei é reduzir o litígio e os custos da administração pública, para os Auditores-Fiscais significa o descomprometimento da isonomia entre os contribuintes, além de ferir artigos da Constituição e da Lei de

Responsabilidade Fiscal ao determinar concessões apenas por parte da União como a remissão (perdão do tributo) e anistia fiscal (perdão da infração e das multas). “Para conseguirmos preservar nossas atribuições e termos nossa autoridade reconhecida precisamos de representantes no Congresso Nacional, Auditores-Fiscais com força política. Por isso, a representação parlamentar delegada é tão importante”, afirma Clemente.

“Lixo normativo” - A classe ainda enfrenta o chamado “lixo normativo”, recurso utilizado para retirar atribuições dos Auditores-Fiscais e transferi-las para a estrutura da Receita Federal do Brasil (RFB), tornando o órgão hierarquizado e possibilitando o direcionamento da fis-

calização de acordo com interesses políticos e econômicos.

É importante que todos os membros da classe lembrem que esse ano haverá eleições, oportunidade ideal para que a representação parlamentar delegada pudesse acontecer. Um Auditor-Fiscal em um cargo eletivo, comprometido com os interesses de sua classe, estaria beneficiando toda a sociedade também, pois ambos possuem os mesmos objetivos: uma RFB que tributa de forma justa. Com a conscientização de toda a classe, é possível que a representação parlamentar delegada deixe de ser somente um projeto e passe a ser realidade, permitindo que a classe influja efetivamente na elaboração de leis que fortaleçam o Fisco.

DS/Santos prorroga prazo de entrega de pesquisa local de interesse dos filiados

Para que todos os Auditores-Fiscais de Santos tenham a chance de indicar os assuntos que consideram mais relevantes e expressem seus comentários e sugestões, o departamento de comunicação da DS/Santos prorrogou o prazo de entrega da pesquisa local para o dia 22 de março.

Resultados parciais da pesquisa apontam uma preferência pelos itens “aposentadoria integral e proporcional dos AFRFB”, “assistência aos filiados para ingressar em ações e processos” e “Lei Orgânica do Fisco (LOF)”.

O presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, congratula todos os colegas que já contribuíram para o aprimoramento dos trabalhos da DS/Santos e lembra àqueles que ainda não se manifestaram que “a hora é agora! A omissão é o caminho certo para que tudo continue na mesma”.

Segundo Clemente, “mudanças só ocorrem com força política que advém da participação de todos. O sindicato precisa ter força política, interna e externa, para que avanços favoráveis aos Auditores-Fiscais e a sociedade em geral possam acontecer”.

Campanha Salarial 2010

Os Auditores-Fiscais presentes à Assembleia Nacional realizada no último dia 12, na Alfândega de Santos, aprovaram o Dia Nacional da Mobilização, marcado para o próximo dia 18. A mobilização será o marco inicial da deflagração da Campanha Salarial 2010, que vai iniciar as negociações com o governo para que a classe consiga implementar a nova tabela remuneratória, também aprovada na Assembleia. Outros itens aprovados foram: o custeio pelo Fundo de Mobilização para a confecção de faixas, cartazes e adesivos pelas DS para o Dia Nacional da Mobilização e a realização de Plenária Nacional da categoria (também custeada com recursos do Fundo de Mobilização), em Brasília, nos dias 8 e 9 de abril, para discutir a pauta aprovada e a continuidade da mobilização. O objetivo da classe é conseguir a aprovação da nova tabela remuneratória para que ela possa ser inserida até o início do mês de setembro na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e passe a valer a partir de 2011. Mais notícias sobre a Campanha Salarial 2010 serão divulgadas nos próximos boletins.

Aniversariantes do Mês

Festa de fevereiro recebeu colega do Rio de Janeiro

Além das presenças de Alceu Nogueira da Silva e Hilda dos Santos Martins Neto, a festa que comemorou os aniversariantes do mês de fevereiro ainda contou com a visita da colega aposentada Vera Lucia Ferreira da Silva, vinda diretamente do Rio de Janeiro para celebrar essa data tão importante com os amigos da DS/Santos. “Trabalhei por quase sete anos em Santos, e nesse período fiz amizades para a vida toda. Não podia deixar de comparecer a esse evento”, diz Vera Lucia.



Hilda Neto, Vera Lucia da Silva e Alceu Nogueira

Nota de esclarecimento da Presidência da DS/Santos:

Fundamentado no art. 29 do regimento interno da DS/Santos, não foi possível haver deliberação na última reunião dos membros da diretoria, realizada no dia 15 de março, por falta de quorum. Além do presidente e da vice-presidente, estiveram presentes à reunião os seguintes membros da diretoria: as diretoras de Assuntos Jurídicos, de Administração, de Finanças e o diretor de Aposentados, Proventos e Pensões.

ESPAÇO DO AUDITOR : Luiz Monteiro Jr.
Diretor de Defesa Profissional da DS/Santos

Erros acontecem

“Ah, aí teve!”

Expressão utilizada não apenas por leigos nas atividades da Receita Federal, mas também por “colegas”, ao se depararem com erro profissional alheio.

Curioso notar que, com relação a muitas outras profissões, a incisividade diante do erro é bem menor. Mesmo diante de erros – literalmente – fatais, como os erros médicos, sempre há seu enquadramento como culposos, jamais dolosos (em raros casos, apontam dolo eventual).

Caiu o avião? A principal consequência buscada pelos investigadores será a descoberta da gênese do erro (que muitas vezes repousa nas próprias políticas gerenciais das instituições), para que este jamais volte a acontecer. Houve imperícia? Talvez negligência? A princípio, essas jamais seriam intencionais, e sempre se procurará uma causa anterior, um ambiente que se desenhava propício ao aparecimento do erro.

Poderíamos citar como cenários com alto grau de risco para o surgimento de erros,

por exemplo, a falta de treinamento de pessoal, o treinamento inadequado, o noviciado, o excesso de carga de trabalho, confusão quanto à interpretação do cipoal de normas, a falta ou a indisponibilidade de ferramentas apropriadas de trabalho, chefias por vezes despreparadas e/ou desinteressadas, o estresse, perturbações ocasionais na vida pessoal de cada um, etc.

Nessa linha de raciocínio, convém destacar que aqui não se propugna pelo afastamento da hipótese “ah, aí teve” das investigações de erros. Mas a hipótese “erros acontecem” precisa também ser adicionada ao rol de probabilidades... Ao invés de *inquisidores* profissionais, privilegiemos os *investigadores* profissionais, aqueles que cogitam *todas* as possibilidades, com enfoque *sistêmico*.

Eventualmente, a anatomia do erro fiscal é por demais complexa. Não tenhamos pretensões monopólios de conhecimento.

Erros – simplesmente – às vezes acontecem.

Este artigo é de inteira responsabilidade de seu autor e não expressa necessariamente a opinião desta publicação. Envie-nos o seu artigo para ser publicado, no endereço unafisco@unafiscosantos.org.br

Expediente: publicação produzida pela Diretoria da DS/Santos, biênio 2009/2011.
Diretor de Comunicação: Reinaldo Lauro Puglia
Jornalista: Alessandra Armstrong Arnosti (Mtb:40.405)